

# al.ama

ARQUEOLOGIA • PATRIMÓNIO • HISTÓRIA LOCAL

ESPECIAL Pág. 59

## ARQUEOLOGIA E IMPACTE AMBIENTAL

QUINTA DE S. PEDRO (CORROIOS) Pág. 26

PATRIMÓNIO CULTURAL SUBAQUÁTICO Pág. 47

AS SIGLAS DOS CANTEIROS MEDIEVAIS Pág. 119



Pág. 128

ALMADA MINEIRA,  
MANUFACTUREIRA E INDUSTRIAL



- Jorge Raposo* **4** Editorial
- João Luís Cardoso & José Norton* **5** Achados do Paleolítico inferior e médio da região de Rio Maior
- João Luís Cardoso & A. M. Monge Soares* **10** Cronologia absoluta das grutas artificiais da Estremadura Portuguesa
- João Ludgero Marques Gonçalves* **14** Ídolos de cornos do Forno da Telha e do Curral Velho (Rio Maior)
- Júlio Roque Carreira* **16** O sítio campaniforme de Vale Comprido (Rio Maior)
- João Luís Cardoso, José Norton & Francisco Negalha* **20** A barragem romana de Alfundão (Ferreira do Alentejo)
- A. M. Dias Diogo & Laura Trindade* **23** Elementos para o estudo de Tróia (Setúbal)
- Jorge Raposo & Ana Luísa Duarte* **26** Intervenção arqueológica na QI<sup>a</sup> de S. Pedro (Seixal)
- Eugénia Cunha* **34** Contribuição da Paleobiologia (QI<sup>a</sup> de S. Pedro, Seixal)
- Maria Fernanda Boto* **41** Análise espacial em Arqueologia
- Francisco J. S. Alves* **54** Património Cultural subaquático português (nova legislação)
- João Paulo Pereira* **58** Sistema de Informação em Museus com colecções de Arqueologia



- Jorge Raposo* **60** Avaliação de Impacte Ambiental e Património Cultural
- Colaborações de • *Elisabete Gonçalves* • *João C. Caninas* • *Luís Raposo* • *J. Joana de Melo*
- João Paulo Pereira & Ivone P. Martins* **87** Estudos de Impacte Ambiental: a vertente arqueológica
- António Manuel S. P. Silva* **94** Impacte Ambiental e Arqueologia: um diálogo indispensável
- António Carlos Silva* **97** Arqueologia preventiva e de salvamento: a ponta do icebergue
- Francisco Sande Lemos* **101** Foz Côa: achegas para um debate indispensável
- Luís Raposo* **109** A datação das gravuras do Côa: considerações éticas e metodológicas

*João C. Caninas & Francisco Henriques* **115** Destruição do Património Arqueológico na Beira Interior

*Leonardo Charréu* **119** As siglas dos canteiros medievais: contributo metodológico e bibliográfico

*Jorge Custódio* **128** Almada mineira, manufactureira e industrial

*Maria José Pinto* **140** Palácio Gomes: pequena monografia

*Jorge Augusto Miranda* **143** Moinhos de vento nos arredores de Lisboa



Para uma revista com as características de *Al-madan*, seria impossível (e imperdoável!) passar à margem da polémica gerada pela barragem em construção no vale do rio Côa, obra que, ao colidir frontalmente com um riquíssimo património arqueológico, despertou a opinião pública portuguesa, de uma forma nunca antes atingida, para o debate em torno da valoração a atribuir aos vestígios de um passado mais ou menos remoto, quando no outro prato da balança se coloca o aparente bem estar e a riqueza do presente e do futuro. Praticamente não houve quem não tomasse partido, pelo betão ou pela arte rupestre, com posições por vezes extremadas (mas nem sempre reflectidas), tendo como pano de fundo a total inoperância dos responsáveis pela política cultural perante uma actuação decidida e agressiva da EDP e do Ministério da Indústria e Energia, a qual chegou a assumir as características de uma manipulação colectiva que culminou no episódio das "datações directas", cobertura pseudo-científica para uma tentativa de desvalorização do achado que foi, desde sempre, o ponto fulcral da estratégia da empresa e do referido ministério.

Contudo, a incultura, para usar a expressão de alguns colaboradores desta edição, de empreendedores privados ou dos poderes públicos (centrais mas também, frequentemente, locais), associada à incúria ou, simplesmente, à ausência de um modelo de desenvolvimento capaz de ver além do horizonte da rentabilidade imediata, fazem com que o caso do Côa não seja único. Ignorados porque não mediatizados, centenas se não milhares de sítios arqueológicos, imóveis ou outros elementos arquitetónicos ou etnográficos, são afectados por obras que, independentemente da importância de que se revistam, os ignoram completamente, promovendo destruições ou amputações por vezes criminosas que podiam em muitos casos ser minimizadas ou mesmo evitadas. Sem esquecer o carácter excepcional dos achados do Côa, importava pois alargar o âmbito deste tipo de discussão.

Por isso nos propusemos investigar mais de perto o processo de Avaliação de Impacte Ambiental. Resultado de imposição comunitária, a actual legislação portuguesa sobre esta matéria foi desde sempre contestada pelos ambientalistas mas deu origem a uma prática que, salvo algumas abordagens pontuais, nunca fora observada na perspectiva das suas incidências no Património Cultural — para tal houve que desencadear um inquérito que envolveu cerca de duas centenas de pequenas e grandes obras, com o objectivo de clarificar aspectos que vão das características e condições de execução dos Estudos de Impacte Ambiental, até à forma como estes são avaliados e fundamentados as decisões de licenciamento.

Os resultados estão à vista no *dossier* central, parecendo tomar ainda mais sombrios os contornos de uma realidade que se antevia alarmante, ilustrada por tristes exemplos que todos conhecemos, como o recentemente sucedido na pedreira da Ribeira do Cavalo (ver pp. 175-177). Mas pensamos que eles vêm também demonstrar o que diversos dos nossos colaboradores sugerem nesta edição: a urgência de definição de uma política cultural coerente, assente numa discussão participada que produza reflexos ao nível legislativo e, conseqüentemente, na prática quotidiana de todos quantos actuam sobre o nosso território.

Aos arqueólogos e outros investigadores sociais, compete lutar por um papel mais interventor em todo este processo, o que só conseguirão dignificando socialmente a sua actividade, com profissionalismo e uma conduta ética e deontológica que inspire o respeito dos seus concidadãos.

Como os nossos leitores terão reparado, o aumento generalizado dos custos de produção obrigou à alteração do preço de capa de *Al-madan*, uma subida inferior a 17% que, no entanto, é compensada por acréscimo quase igual no número de páginas (que passam de 162 para 186 nesta edição, facto só possível pela assinalável melhoria do volume de vendas e pela manutenção de um conjunto de apoios que muito nos apraz registar).

Creemos que permanece assim inalterada a relação entre a quantidade (e qualidade) da informação e o custo a que esta é disponibilizada, esperando que a mesma corresponda à expectativa crítica de um público diversificado e atento às temáticas da Arqueologia, Património e História Local.

## *Al-madan* • 1ª Série, nº 4 • Outubro 1995

Propriedade: Centro de Arqueologia de Almada • Apartado 603 (PRAGAL) • 2801 ALMADA CODEX

Registo de Imprensa: 108998 ISSN: 0871-066X Depósito Legal: 92457/95 Director: Jorge Raposo Conselho Científico: Amílcar Guerra, António Nabais, Carlos M. da Silva, C. Tavares da Silva e Luís Raposo Redacção: Ana Luisa Duarte, Armando Sabrosa, Elisabete Gonçalves, Francisco Silva e Jorge Raposo

Colaboram neste número: Amílcar R. Guerra, Ana M. Moura, António C. Silva, A. Galopim de Carvalho, António M. Silva, A. Dias Diogo, A. Monge Soares, Carlos M. Silva, Eugénia Cunha, Francisco Henriques, Francisco Negalha, F. Sande Lemos, Francisco S. Alves, Graça Filipe, Guilherme Cardoso, Ivone P. Martins, João C. Caninas, J. Joanaz de Melo, J. Ladgero Gonçalves, João L. Cardoso, J. Paulo Pereira, Jorge Custódio, Jorge A. Miranda, J. Caieiro, José d'Encarnação, José Norton, Júlio R. Carneira, Laura Trindade, Leonardo Charréu, Leonor Rocha, Luís M. Araújo, Luís Raposo, M.ª Clara Salvado, M.ª Fernanda Boto, M.ª José Pinto, M.ª Virela Gomes, Rui Carita, Rui M. Salvado, Salette da Ponte, Vanda F. Santos

Retrosversão: Luís Gouveia e M.ª Isabel Santos Modelo Gráfico: Jorge Raposo e Paulo Buchinho Ilustração e Paginação: Jorge Raposo Cartoon: José Santos

Fotolito: Roseta Impressão: Tipografia Lugo Tiragem: 2.000 exemplares Periodicidade: Anual

Apoios: Fundação Calouste Gulbenkian, JNICT, Instituto Português da Juventude, Câmaras M. Seixal, Câmaras M. Almada e Região de Turismo de Setúbal.

SOLICITA-SE PERMUTA • ON PRIE L'ÉCHANGE • EXCHANGE WANTED • TAUSCHVERKEHR ERWÜNSCHT • SOLICITIAMO SCAMBIO



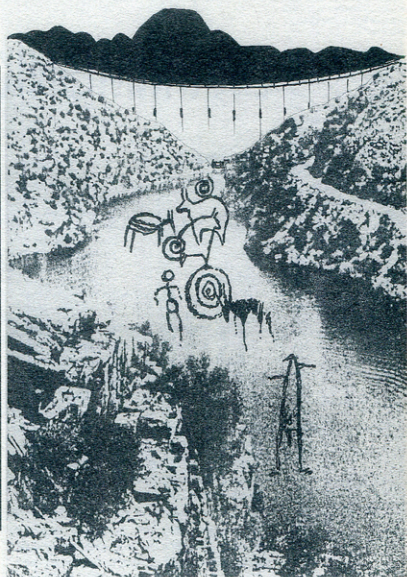
CAPA:  
Rocha gravada no vale do rio Côa (foto do Penacosa, Março de 1995). Imagem de Álvaro Almeida, cedida pelo Associação Projecto Património.

# ESPECIAL IMPACTES

*A tentativa de construção de uma barragem no vale do rio Côa, ao colidir com um património arqueológico riquíssimo, provocou uma polémica de dimensão nunca antes conhecida no nosso país e que, inclusive, ultrapassou largamente as suas fronteiras. De todos os sectores da sociedade portuguesa surgiram posições que reflectem diferentes atitudes perante os vestígios do passado e as formas de encarar o presente e construir o futuro.*

*Procurando contextualizar este debate e centrá-lo nas questões fundamentais de definir o que valorizar, porquê, com que meios e em que enquadramento legal, Al-madan trata neste dossier a problemática da Avaliação de Impacte Ambiental e Património Cultural sob diferentes perspectivas de análise: a legislação, os estudos realizados e as suas consequências, os critérios de valoração dos vestígios patrimoniais, a ética profissional e deontológica, etc.*

*Obviamente, a questão do Côa é também abordada, embora se lamente que a indisponibilidade de alguns dos principais intervenientes tenha impedido que compartilhem o que pensam com os nossos leitores, gorando-se assim a oportunidade que para tal lhes proporcionámos.*



## **AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL E PATRIMÓNIO CULTURAL • p. 60**

JORGE RAPOSO • ELISABETE GONÇALVES • JOÃO C. CANINAS • LUÍS RAPOSO • J. JOANAZ DE MELO

JOÃO P. PEREIRA & IVONE P. MARTINS • **ESTUDOS DE IMPACTE AMBIENTAL: a vertente arqueológica • p. 87**

ANTÓNIO MANUEL S. P. SILVA • **IMPACTE AMBIENTAL E ARQUEOLOGIA: um diálogo indispensável • p. 94**

ANTÓNIO CARLOS SILVA • **ARQUEOLOGIA PREVENTIVA E DE SALVAMENTO: a ponta do icebergue • p. 97**

FRANCISCO SANDE LEMOS • **FOZ CÔA: achegas para um debate indispensável • p. 101**

LUÍS RAPOSO • **A DATAÇÃO DAS GRAVURAS DO CÔA: considerações éticas e metodológicas • p. 109**

A DATAÇÃO DAS

# GRAVURAS DO CÔA

algumas considerações de ordem ética e metodológica

por Luís Raposo (\*)

**N**a altura em que escrevemos encontramos-nos ainda no rescaldo da manobra propagandística com que se procurou lançar entre os menos avisados a ideia de que afinal as gravuras do Côa, por supostamente não serem paleolíticas, não teriam a importância que alguns arqueólogos portugueses, presume-se tão fundamentalistas quanto provincianos, vinham reclamando, podendo vantajosamente ficar debaixo de água ou serem apenas colecionadas sob a forma de “bibelots” a colocar em museu que magnanimamente determinada empresa pública aceita oferecer ao “bom povo” foçoense. Houve já oportunidade de demonstrar, nos dias imediatos ao lançamento de tão bombástica revelação, quer a pouca fiabilidade e imprecisão estrutural dos métodos de datação cronométrica utilizados, quer sobretudo as condições deficientísimas da sua aplicação neste caso. Não voltaremos por isso a repetir o que já foi dito, por gente mais habilitada<sup>1</sup>. Todavia, passada a fase de maior agitação mediática e tendo ao nosso dispor um meio de comunicação da especialidade, julgamos necessário não evitar umas quantas reflexões de carácter ético e metodológico, as quais aliás vínhamos expondo em privado aos colegas com quem partilhámos a defesa da arte do Côa, praticamente desde a sua inicial divulgação pública.

Em primeiro lugar, para que não se confunda o essencial com o acessório, cumpre assinalar o deplorable comportamento ético dos especialistas em datação utilizados no ataque promovido pelo cimento armado. Segundo parece, em Março, à distância de milhares de quilómetros do Côa, já eles se colocavam ao dispor da empresa contratante, sugerindo a incompetência dos arqueólogos portugueses e referindo explicitamente a vantagem que para ela adviria de

uma eventual datação recente das gravuras. Para bom entendedor... Depois, aceitaram uma imposição que jamais nenhum investigador pode admitir: procedem enclausurados, no completo alheamento da comunidade científica dos pré-historiadores, inclusivos dos dois especialistas em arte rupestre responsáveis pelo estudo das gravuras. E nisto, para nossa mágoa, foram diligentemente assistidos por colegas portugueses do IPPAR que puseram entre parêntesis a dignidade e a deontologia profissionais, em nome de deveres hierárquicos a que verdadeiramente, se tivessem um mínimo de verticalidade, nunca deveriam sentir-se obrigados. Ora importa deixar claro que nenhuma data quantificada pode pretender esclarecer problemas de natureza histórico-arqueológica, se não tiver havido o cuidado de garantir o valor contextual das amostras em que se baseia. Trata-se de um princípio tão elementar que não se compreende como ainda existe quem o ignore: são os arqueólogos, e não os físicos ou os químicos, quem determina as relações de contexto entre as amostras utilizadas e as acções humanas a datar. São os arqueólogos, e não os físicos ou os químicos, quem procede à interpretação crítica dos resultados obtidos. São os arqueólogos, e não os físicos ou os químicos, quem está na origem da espiral de interrogações que, no momento azado e pelas vias e métodos adequados, pode conduzir à obtenção de datações quantificadas. Os arqueólogos, insistentes. Pelo menos os arqueólogos responsáveis e não os meros aprendizes de feiticeiro que no caso vertente não hesitaram, na sua guerrilha vesga contra colegas que consideram incompetentes e ultrapassados, em invocar iluminadamente esses tais “especialistas em datações”, que afinal deram no que deram. Não se esqueça quem semeia ventos, que deve ser quem primeiramente responde pelas tempestades...

## ABSTRACT

Deontological and ethical considerations concerning the direct dating methodologies used to assess the age of the rock engraved art of the Côa valley (Vila Nova de Foz Côa, Guarda).

Characterising the process as pure propaganda, the author refers the highly negative deontological and ethical behavior of the technicians involved. Involving subscribing to the Paleolithic origin of most of the engravings, the author refers the danger of relying only on the stylistic method for diagnosis.

## RÉSUMÉ

Considérations d'ordre éthique et déontologique sur les méthodologies employées dans la tentative de datation "directe" de l'art rupestre au bassin de la rivière Côa (Vila Nova de Foz Côa, Guarda).

Définissant le procédé comme étant une pure manœuvre de propagande, l'auteur souligne le déplorable comportement éthique et déontologique des techniciens concernés. Souscrivant à la présomption d'un âge paléolithique des gravures du Côa, il met cependant en garde contre une réaction également fousse du point de vue de l'exigence scientifique, qui valerait enorgueillir le diagnostic exclusivement basé sur les dites "méthodes stylistiques".

(\*) Arqueólogo, Técnico Superior do Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa) e Professor Auxiliar Convidado da Universidade Lusitana (Lisboa).

Texto redigido em Julho de 1995.

Mas, para que a crítica à falta de profissionalismo de quantos se prestaram a actuações menos sérias no plano das datações físicas seja consequente, é preciso ter a coragem de não evitar dizer que numerosos argumentos utilizados no seu combate foram, também eles, algo infelizes ou, no mínimo, pouco avisados. Temos aliás assistido nesta "batalha do Côa" a numerosas situações deste tipo: na lógica da guerra, do posicionamento em campos opostos, sucedem-se as alianças espúrias, que apenas podem ser toleradas até ao ponto em que não colidam com a garantia de seriedade científica.

O que se passou nos dias imediatos à "manobra das datações" é sintomático. Havendo unanimidade na pouca fiabilidade das mesmas, já os diferentes pré-historiadores se dividiram quanto ao tom e à amplitude da contra-argumentação. Alguns, poucos e sobretudo estrangeiros, ganharam subitamente cuidados que antes nunca haviam demonstrado: mantendo o carácter estilístico antigo das gravuras, passaram a referir-se-lhes como "de tipo paleolítico".

Jean Clottes, foi neste aspecto particularmente longe, dizendo via rádio (o que não permitiu verificar se não corou) que nunca afirmara serem elas propriamente "de datação", mas sim "de tradição" paleolítica. Afirmando embora a presunção de que os resultados obtidos poderiam estar errados, dada a pouca fiabilidade e o carácter experimental dos métodos empregues, ele admitia agora a possibilidade de uma sobrevivência tardia na região do Côa dos modos de vida e das manifestações artísticas "de tipo paleolítico" — hipótese que, a ser verdadeira, viria reforçar ainda mais a importância daquele núcleo artístico. Em rigor, devemos dizer que nunca antes de Julho vimos algum especialista em arte rupestre, incluindo o próprio Jean Clottes, introduzir na apreciação das gravuras do Côa tamanhos cuidados — mas é sempre bom verificar que em algum momento eles se revelam.

A cautela da reacção indicada não foi todavia seguida pela generalidade dos colegas portugueses que desde Novembro vinham ocupando a praça pública. Pelo contrário, parece que enquistaram ainda mais na defesa extremada do valor diagnóstico absoluto dos chamados "métodos estilísticos". No que chegaram a invocar argumentos tão frouxos que apenas podem no futuro ter efeitos contrários aos que devem ser perseguidos por quem luta pela defesa das gravuras do Côa e o faz de um ponto de vista de exigência científica. Tomemos quatro exemplos como ponto de partida do nosso raciocínio:

1. Para a negação da fiabilidade dos resultados das tentativas de datação absoluta, houve quem argumentasse que, do conjunto das quase três centenas de grutas com arte paleolítica, somente menos de duas

dezenas teriam já visto as suas pinturas datadas por meios directos. As restantes apenas se encontrariam datadas pelo recurso ao "método estilístico" — método que teríamos que aceitar como indiscutível, se não quiséssemos pôr em causa a cronologia da arte paleolítica no seu conjunto. Nada de mais equívoco! Todos os sistemas estilísticos existentes são obviamente ulteriores, e foram inicialmente irrelevantes, ao estabelecimento da antiguidade paleolítica da chamada "arte das cavernas". Os tradicionais critérios utilizados para esse fim desde finais do século passado na área franco-cantábrica foram de natureza estratigráfica (grutas com a entrada selada desde a "Idade Glaciária"; pinturas e gravuras cobertas por sedimentos contendo ocupações humanas do Paleolítico), geoquímica (cobertura dos motivos artísticos por espessos mantos e crostas calcíticas, por formações ferro-manganesícas, etc.), paleontológica (representação de animais extintos, como o mamute, o rinoceronte lanudo, etc.) e ecológica (associações faunísticas reveladoras da ocorrência de climas glaciários). Sem termos feito nenhum inventário, arriscáramos dizer que a esmagadora maioria das grutas decoradas naquela região pode ainda hoje ser atribuída ao Paleolítico Superior através de algum dos argumentos supra-citados, sem fazer recurso a "métodos estilísticos";

2. Na mesma linha de ideias, houve quem observasse que nenhuma das novas datações directas da arte franco-cantábrica veio negar a sua antiguidade paleolítica, o que sendo certo não deixa de ter o sabor de simples lapalissada. Num quadro em que, pelos métodos tradicionais acima referidos, se tinha já obtido uma certificação pliocénica tão positiva, haveria alguém que, com um mínimo de juízo, pudesse imaginar o contrário? Seriam necessárias datações radiométricas para comprovar que os rinocerontes, ou o pinguim de Cosquer, os veados-gigantes de Cougnac ou os bisontes de Altamira eram de facto paleolíticos, numa área geográfica onde se conhece em detalhe, pela via dos próprios restos fósseis, a história evolutiva e a época da extinção ou desaparecimento local daquelas espécies? Obviamente, não é isso que se pretende esclarecer com tais datações, mas sim os fundamentos das periodizações estilísticas. E estas ficaram feridas de morte, quando se percebeu, por exemplo, que as figuras "*polícromas de Castillo se revelam contemporâneas dos desenhos lineares de Niaux*" (M. Lorblanchet); que pinturas estilisticamente homogêneas, dentro do mesmo santuário em gruta, atribuídas por isso a frequentações humanas curtas, foram afinal produzidas ao longo de muitos milénios;

3. Outros colegas ainda, no mesmo afã de defesa da datação paleolítica da arte do Côa, resolveram em

<sup>1</sup> Ver, por exemplo, a comunicação de A. Monge Soares, intitulada "Será possível a datação directa das gravuras paleolíticas do Côa?", apresentada em 1 de Julho passado, no Forum do Côa. Reitoria da Universidade de Lisboa. Ou ainda, do mesmo autor, "Os charlatões do Côa", *Diário de Notícias*, 27 de Julho de 1995.

Julho, porque é sempre mais fácil reduzir os adversários ao ridículo, desenterrar as intervenções canhestras produzidas em Dezembro por ignotos "pré-historiadores" espanhóis, os quais tinham então negado a antiguidade das gravuras com base na inexistência de mamutes, rinocerontes e outros animais plistocénicos. Claro que seria estranho aparecerem figurados no Côa animais que nunca se encontraram no nosso território, embora tenham existido no Norte de Espanha e, pelo menos no caso do mamute, seja razoável admitir terem povoado a Meseta Central, até serem encontrados a Sul, na Serra Nevada. Esqueceram-se todavia de acrescentar que, sem ser impossível que as populações da Idade Glaciária duriense tivessem apenas representado uma fauna banal de clima temperado (auroques) ou temperado-frio (cavalos, cabras), não deixa de ser expectável que pudessem igualmente registar alguns animais cronologicamente mais indicadores do período plistocénico: rinocerontes, veados-gigantes, bisontes e, porque não, uma ou outra fera. A sua ausência total no Côa, pelo menos até ao presente (contrariamente ao que se passa em Siega Verde, como adiante referiremos), sem ser incompatível com cronologias glaciárias, é no mínimo um tanto incómoda;



Foto: Duarte Belo - Associação Projeto Património

4. Finalmente, houve também quem chamasse a atenção para a ocorrência de ocupações humanas da Pré-história Recente no vale do Côa, das quais se conhecem os modos de vida e as manifestações artísticas, bem diferentes das gravuras em discussão. Daqui concluíam que estas últimas não podiam deixar por isso de ser paleolíticas. Ou seja, num ápice faziam apagar da história os quase cinco milénios que medeiaram entre o final da Idade Glaciária (isto é, o final do Paleolítico) e os finais do 4º milénio/inícios do 3º milénio a. C., quando começam a conhecer-se na região vestígios de sociedades agro-pastoris, aliás já significativamente avançadas.

Tomem-se estes exemplos somente pelo que subconscientemente revelam: a fé excessiva com que, em nosso entender, desde o início, e sobretudo como reacção à "manobra das datações", se encaram no caso do Côa os chamados "argumentos estilísticos". E como se assistiu à curiosa inversão de posturas, com colegas que sempre combateram o esquematismo de outros (a quem criticavam pelo vício metodológico de aceitarem comparar dois quaisquer motivos e temáticas, de quaisquer regiões, desde que parecidos) a serem agora os primeiros a cavalgar as ondas, prontos

para defenderem intrepidamente a bondade dos paralelos tipológicos.

Pelo nosso lado, devemos reconhecer que a nossa formação arqueológica, assim como a da nossa geração e da que imediatamente nos precedeu, ambas provenientes dos bancos escolares das Letras, foi marcada por uma oposição radical à tipologia dos "fóseis-directores" e, de um modo geral, ao "tipologismo" como forma de construção do passado. Fomos talvez nós, isto é, a nossa geração e a que imediatamente nos precedeu, os primeiros que em Portugal, com décadas de atraso, sentimos as limitações do "olho tipológico", despertámos para a falência das laboriosas construções arbóreas difusionistas, aprendemos o significado da "revolução do radiocarbono", procurámos atender à variabilidade, em vez de à força a fazer encaixar na norma tipológica. Fomos ainda os que mais nos irritámos com o uso desregado de termos tais como "fácies" ou... "estilo". Alguns de entre nós levaram tão longe estes preceitos que passaram a negar todo o interesse da tipologia, confundindo-a com "tipologismo estéril" e considerando que a arqueologia dos "cacos e das pedras" nada lhes dizia. E é ironicamente entre esses que agora encontramos os prosélitos defensores dos "métodos estilísticos", mesmo se para tal houver que deixar cair, quando incómodos, os *gurus* da véspera, para no seu lugar colocar reputados publicistas, só porque deles se ouviu em superlativo tudo aquilo que emocionalmente se desejava.

Nesse peditário nós não damos. Sem sermos, nem procurarmos passar por especialistas em arte rupestre (daí, ao contrário de muitos outros e não obstante a insistência dos *media*, a nossa discrição de tomadas de

posição públicas, preferindo sempre dar a palavra aos colegas que foram designados para responsáveis pelo estudo das gravuras), devemos dizer que do posicionamento teórico-metodológico acima indicado sempre retirámos uma prudente reserva relativamente a todas as formas de "datação estilística", isto é, tipológica, e especialmente aquelas em que o contexto material surge mais difuso e longínquo, como visivelmente é o caso da arte pré-histórica. Claro que conhecemos e apreciamos o paciente fundamento de algumas seriações estilísticas, baseadas na comparação com objectos de arte móvel, devidamente datados, ou na representação de artefactos característicos de determinados períodos. Mas, ainda assim, sempre nos distanciamos do à-vontade com que não poucos colegas, munidos de cartilhas de suposto valor universal, se atreviam imediatamente a datar este ou aquele motivo, pelo seu carácter mais ou menos naturalista, mais ou menos esquemático, mais ou menos abstractizante. Tal como algo provocatoriamente dissemos há anos durante um colóquio comemorativo da descoberta da gruta do Escoural, nunca entendemos bem as segmentações estilísticas da arte paleolítica, pelo seu desfazimento sistemático em relação às "culturas" com que tradicionalmente os "pré-históricadores da cultura material" dividem o período — e isto (tranquilizem-se os espíritos ilustrados, que nesta posição depressa identificarão o mais primário cartesianismo) sem embargo de termos bem presente que nem essas culturas correspondem necessariamente a "povos", nem a dinâmica dos diferentes subsistemas culturais é forçosamente a mesma. Jamais esquecemos a lição de sabermos que até o "Papa da Pré-História", Henri Breuil, não escapara ao erro colossal de durante décadas ter afirmado a antiguidade paleolítica da chamada "Arte Levantina". E por outro lado, ainda hoje nos lembramos da caricatura que no nosso espírito representou o comportamento operático de um célebre especialista italiano, quando, nos idos de 70, pretendeu de um relance estabelecer a cronologia da arte rupestre do vale do Tejo, pela mera catalogação estilística das gravuras que ia encontrando à medida que caminhava. Em suma, sempre sentimos insatisfação pela suposta universalidade dos modelos de evolução estilística aplicados à arte pré-histórica. E a prova de que tínhamos alguma razão está nos significativos desvios que a datação directa pelo radiocarbono das pinturas de algumas grutas veio em não poucos casos introduzir relativamente ao que a análise estilística recomendaria: cerca de 10 mil anos de diferença, no caso da recém-descoberta gruta Chauvet! Sem sermos adivinhos, arriscamos dizer que talvez os especialistas em arte paleolítica se encontrem hoje, quando se inicia a "terceira revolução do radiocarbono", em posição idêntica à de Robert Braidwood,

Vladimir Milojcic, Stuart Piggott ou até Gordon Childe nos anos 50, aquando da aplicação inicial do mesmo método. Sentem o chão fugir-lhes debaixo dos pés, mas resistem a "dar o salto". Falta-lhes um qual-quer Colin Renfrew, que certamente há-de surgir a prazo. Michel Lorblanchet já o percebeu com clareza afirmando que "*estas novas datações [directas] convidam os investigadores a uma severa auto-crítica. 'Períodos' e 'estilos' bem individualizados representam cortes arbitrários no tempo, casas que os prehistóricadores se esforçam por preencher... Em vez de interpretar as datas novas com ideias velhas, é preciso acolhê-las com o espírito aberto e aceitar que elas contradizem teorias ainda em vigor...*"<sup>2</sup>. O mesmo autor, aliás, conjuntamente com Paul Bahn, não hesitara já antes em chamar ao tempo que vivemos nos estudos da arte rupestre "*a era pós-estilística*", colocando em consequência a sugestiva questão de sabermos "*onde iremos a partir daqui*"<sup>3</sup>.

Existe por tudo isto algum (insistimos: algum) fundamento na postura céptica que os especialistas das datações absolutas dizem ter relativamente às "datações estilísticas" utilizadas na Europa (tanto mais que eles provêm de regiões do Mundo onde temáticas e motivos estilisticamente idênticos são atribuídos a cronologias bastante diversas). Perdem porém toda a razão ao procederem em flagrante violação das mais elementares normas éticas e ao não colocarem ênfase na natureza directa ou indirecta, na pouca fiabilidade e na limitada precisão intrínseca dos seus próprios métodos, que aliás aceitaram aplicar deficientemente. Isto já sem falar na ignorância e nos "tiques" que reproduzem e são tão comuns entre arqueólogos do Novo Mundo a quem o acesso à Pré-história europeia se faz apenas pela consulta de recortadas bibliográficas, lidas à luz das experiências tidas com aborígenes ou esquimós. A questão de fundo subsiste, porém: no estudo da arte pré-histórica falta o espírito de reserva que saudavelmente deve manter-se em relação a toda e qualquer datação puramente estilística. O que, no caso do Côa, levou a que desde Novembro até Janeiro passados tivéssemos recusado emitir opinião sobre a possível antiguidade das gravuras. É claro que já então nos chamavam a atenção para o parecer de numerosos e credenciados colegas, nacionais e estrangeiros. Mas a verdade é que em matéria científica nos não impressionam demasiado os chamados "argumentos de autoridade". Em ciência, "autoridade" significa o recurso a sistemas de prova e contra-prova susceptíveis de satisfazer o intelecto — o que a mera catalogação estilística está longe de garantir. Por isso continuámos a aguardar novos elementos de diagnose. Em Janeiro, depois de visitarmos o local e principalmente depois de termos recebido do nosso amigo Manuel Santonja documentação

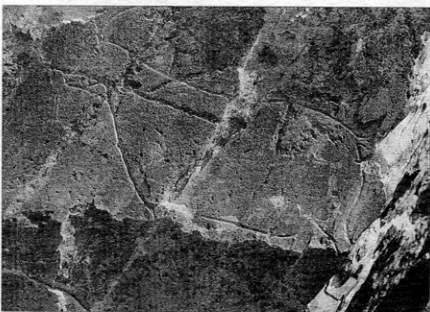
<sup>2</sup> LORBLANCHET, M. (1994) — "Le mode d'utilisation des sanctuaires paléolithiques", *Homenaje al Dr. Joaquín González Echegaray*, Monografías nº 17, Madrid, Museo y Centro de Investigación de Altamira, pp. 235-251.

<sup>3</sup> LORBLANCHET, M. e BAHN, P., eds. (1993) — *Rock art studies: The post-stylistic era, or Where do we go from here?*, Oxford.

inédita sobre o núcleo de Siega Verde, que ele descobriu anos antes, no rio Águeda, a poucas dezenas de quilómetros do Cõa e obviamente integrado no mesmo universo artístico, entendemos estarem satisfeitas as condições mínimas para, em consciência, aceitarmos a verosimilhança de uma datação paleolítica (sobre o assunto, veja-se o nosso texto intitulado "A verdadeira importância das gravuras do Cõa", *Diário de Notícias*, 19 de Janeiro de 1995). Mas convém esclarecer que para essa conclusão nos não baseávamos apenas ou sequer principalmente em argumentos estilísticos. Os nossos fundamentos eram outros, podendo ser assim resumidos: a ocorrência de uma ou outra gravura de tipologia paleolítica, fora de contextos arqueológicos imediatos e numa região onde praticamente se desconhecem (nem se têm por muito prováveis, pelo menos durante o período do chamado "último máximo glaciário") significativas ocupações humanas do Paleolítico Superior, não seria por si só suficiente para imediatamente lhe atribuir uma cronologia tão antiga; dávamos como exemplo os achados de Mazouco, que sempre julgáramos pouco sensato atribuir ao Paleolítico (opinião aliás partilhada por colegas que também viveram o tipo de formação teórico-metodológica universitária a que acima fizemos referência). Ora, as descobertas do Cõa constituíam já então, pela sua quantidade e homogeneidade, um núcleo que ultrapassava a mera ocorrência fortuita — o que em si mesmo devia ser valorizado. Mais importante seria o contacto com os achados de Siega Verde: os estudos aí realizados por uma equipa dirigida por Rodrigo de Balbín Behrmann tinham permitido demonstrar (o que na altura era ainda inédito) que a distribuição das gravuras no vale obedecia a uma lógica muito semelhante à dos santuários paleolíticos em gruta, ou seja, não apenas o estilo e as temáticas figurativas eram semelhantes à daquele período, como a estruturação do espaço seguia os mesmos cânones — e este aspecto reforçava notavelmente a verosimilhança da sua atribuição a sociedades de caçadores-recolectores paleolíticas. Finalmente, o elemento decisivo viria com o registo, nas listas de animais de Siega Verde, da ocorrência, ainda que residual, de animais extintos no final da Idade Glaciária: o rinoceronte, o veado-gigante, o bisonte. Pelo menos estes e salvo a ocorrência da sua sobrevivência regional até épocas recentes (nunca documentada, tanto quanto sabemos), deveriam efectivamente ser paleolíticos e, por extensão, era lícito admitir que todo ou parte do núcleo artístico em que se inscreviam, o fosse também.

O raciocínio exposto continua hoje a ser válido no meu espírito. Por isso subscrevo a presunção de antiguidade globalmente paleolítica para as gravuras

do Cõa. Mas insisto na desconfiança com que encaro as segmentações feitas no seu interior, com base exclusiva em critérios estilísticos (a seu tempo, vermos se outro tipo de observações, designadamente sobreposições sistemáticas entre diferentes modos de representação e técnicas de gravação, podem sugerir uma qualquer periodização). Não me convencem, e tenho por estultas nas condições actuais, quaisquer



atribuições precisas (25, 20, 15, 10 ou... 6 mil anos a.C.; Gravetense, Solutrense, Madalenense ou... "Epipaleolítico"; etc.). E não deixo também, por outro lado, de valorizar alguns aspectos que porventura poderão funcionar no sentido de, sendo as gravuras efectivamente "de tipo paleolítico" (isto é: representando os padrões de referência, a visão do mundo, dos caçadores de grandes ungulados), poderem ter não somente cronologias diferentes das que a mera catalogação estilística recomendaria, como até datação substancialmente diversa.


No campo das hipóteses, e mesmo com um grau de probabilidade eventualmente reduzido, não julgo legítimo excluir a possibilidade da ocorrência de desfasamentos temporais significativos relativamente à arte franco-cantábrica, de tal forma que parte das gravuras "paleolíticas" durienenses entrem já em período plenamente pós-glaciário. É certo que as manifestações artísticas epipaleolíticas doutras regiões europeias (designadamente do Levante ibérico) são diferentes das do Paleolítico Superior. Mas o isolamento e a originalidade do núcleo Cõa/Águeda é tal que na sua apreciação todos os cuidados são poucos, podendo a eventualidade de sobrevivências até mais tarde ser apoiada em observações ainda difusas, porém merecedoras de atenção:

a) a não representação, ou a representação apenas vestigial, de animais exclusivos da Idade Glaciária, não sendo em si mesma especialmente indicativa (as provas negativas raramente são concludentes), é um dado a reter, podendo ter significado se conjugado com as observações seguintes;

b) a tão acentuada continuidade do investimento artístico no vale do Côa, um espaço sacralizado por comunidades humanas aparentemente tão diversas, sendo característica única (e porventura o factor que confere maior valor patrimonial ao conjunto do vale),

metade do 3º milénio a.C., aliás limitadas a um único local, Castelo Velho, e enquadradas regionalmente num "foco inovador" calcólico tão importante que mais põe em evidência a ruptura com o vazio de conhecimentos de épocas anteriores<sup>4</sup>, deixando campo aberto a eventuais inovações tardias das economias de caça e recoleção.

Insistimos em que nada autoriza a confundir estas observações com as dúvidas lançadas pela "manobra das datações", de resultados tão desencontrados e tão recentes que por si próprios se revelam disparatados. Aquilo que visamos é lançar meras pistas susceptíveis de ampliarem o leque de hipóteses que no futuro importa testar, para melhor esclarecimento do enquadramento histórico-cronológico da arte do Côa. Será este tipo de problematização, traduzida em levantamentos sistemáticos das gravuras, dos seus sistemas de sobreposição e do seu posicionamento no vale, em programas de escavação de sedimentos eventualmente remanescentes e em novas tentativas de datação absoluta (directa e indirecta), criteriosamente orientadas por requisitos contextuais que só arqueólogos podem estabelecer (não certamente físicos ou químicos, nem muitos menos físicos da electricidade...), a única forma de nos habilitar a melhor esclarecer a cronologia da arte do Côa. Nunca, pelo menos em primeira linha, os chamados "métodos estilísticos". Estes apenas permitem, como bem advertiu Jean Clottes, comparações entre coisas iguais. Ora, todos parecem unânimes em afirmar que a arte do Côa é única e pode mesmo constituir uma nova "provincia artística" na Europa. Logo, deve começar por ser ancorada no tempo "por dentro", através dos tradicionais métodos da estratigrafia, da paleontologia, da contextualização arqueológica. Só depois pode legitimamente ser relacionada com motivos aparentemente semelhantes, encontrados noutros paragens e incluídos noutros contextos.

Por agora e para concluir em termos simples, apenas julgamos possível dizer o seguinte: presumivelmente, pelo menos parte das gravuras "de tipo paleolítico" do Côa, pelas afinidades estilísticas que evidenciam e por algumas das espécies animais representadas no seu vizinho núcleo do Águeda, deverão ser anteriores ao 8º milénio a.C.; seguramente, na sua generalidade, são anteriores ao 3º milénio a. C., porque a partir dessa data se conhecem na região ocupações humanas culturalmente muito diversas das comunidades depredadoras da natureza, recolectoras e caçadoras de grandes ungulados, as únicas que podem antropológicamente estar na origem e explicar a ocorrência daquelas temáticas. 

continuidade traduzida na sobreposição de gravuras diferenciadas e no aproveitamento e reavivamento de gravuras antigas em épocas recentes, dá também que pensar, e milita eventualmente em favor de um prolongamento até tarde dos motivos de tipologia paleolítica;

c) por fim, mas não menos importante, a ideia comum da acentuada sobrevivência das economias de caça e recoleção em todo o Norte da Península Ibérica, até períodos muito tardios, é um poderoso elemento a reter. Na região cantábrica esta circunstância encontra-se bem documentada, sendo diversos os autores que se referem ao aparecimento da prática de enterramento em sepulcros megalíticos, aliás relativamente tardia, como o primeiro elemento de ruptura com uma expressiva tradição "epipaleolítica" anterior, bastante prolongada no tempo. Na chamada Meseta Norte, pese embora a maior escassez de dados, tudo permite antecipar situação idêntica, porventura ainda mais marcada, se tivermos em conta o carácter atlântico litoral das primeiras ocupações neolíticas. No próprio vale do Côa não se conhecem ocupações humanas da Pré-história Recente anteriores à primeira



<sup>4</sup> Ver JORGE, S. O. (1993) — "O povoado do Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa) no contexto da Pré-história Recente do Norte de Portugal", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 33, fasc. 1-2, Porto, pp. 179-221. Em rigor, poder-se-ia admitir a uma escala regional mais ampla a ocorrência de vestígios de ocupação um pouco mais antigas (4º milénio a.C.), culturalmente indefinidas, se tivéssemos em conta quer algumas datas do Buraco da Pala, em Mirandela (ver SANCHES, M. J., "Buraco da Pala (Mirandela): datas de carbono 14 calibradas e seu poder de resolução. Algumas reflexões", *ibidem*, pp. 223-243). Todavia, ambas as autoras citadas recusam-se, por razões bastante ponderadas, a dar por enquanto grande crédito às referidas datas.